

# Notas Sobre a Economia da Borracha no Brasil\*

JOÃO ANTONIO DE PAULA\*\*

## Introdução

Acostumamo-nos a ver a Amazônia como um mundo distante e exótico, um "caso" tão curioso quanto desimportante. Deixamo-nos ficar alheios a uma realidade quantitativamente diminuta, imerecedora da atenção da ciência, posto que "estranha" exótica, distante.

O principal objetivo desse trabalho é mostrar que a Amazônia, sua realidade social, suas características econômicas, sua formação histórica não são capítulos estranhos à evolução mesma da história brasileira, à dinâmica da expansão capitalista aos níveis nacional e mundial.

Nossa preocupação central é demonstrar a presença, mesmo invisível, da realidade amazônica — como elemento subordinado,

---

(\*) O autor agradece à equipe do CEDEPLAR-UFMG pelo apoio, pela discussão fraterna e enriquecedora do trabalho e em particular a Donald Sawyer pela inestimável ajuda em todas as etapas do trabalho.

(\*\*) Do CEDEPLAR/UFMG.

por certo, mas nem por isso menos orgânico — no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Preocupa-nos resgatar uma tradição de pensamento que, entendendo a especificidade da Amazônia, a forma peculiar de sua dinâmica, estude-a, considere-a como parte de uma totalidade em movimento, o capitalismo.

Estudos que somam contribuições importantes para a compreensão da realidade da amazônia existem; é indispensável lembrar os notáveis ensaios de Euclides da Cunha, reunidos em volume editado em 1976 pela editora Vozes com o título *Um Paraíso Perdido*, e os trabalhos básicos de Araújo Lima, *Amazônia, A Terra e o Homem* (1933), Tavares Bastos, *O Vale do Amazonas* (1866), Charles Wagley, *Uma Comunidade Amazônica* (1953) e Arthur Cezar Ferreira Reis, *Seringal e Seringueiros* (1953).

Mais recentemente, os trabalhos de Roberto Santos, de Miranda Neto, entre outros,

os estudos geográficos de Sócrates Bonfim, de Lúcio de Castro Soares, aos trabalhos reportagens de Lúcio Flávio Pinto, a literatura de Ferreiro de Castro são contribuições importantes, que não podem ser descuradas.

Nossa intenção, neste estudo, foi a de trazer categorias gerais de análise para a realidade amazônica mostrando a capacidade operativa, analítica de categorias, que pela confrontação, pelo estabelecimento de analogias, introduz a Amazônia como objeto de ciência, desfazendo a tradição de ceticismo, incompreensão, "ideologia" isto é, a maneira como se costuma "pensar" a Amazônia. "Universalizar" os problemas da Amazônia, mostrar a articulação desses problemas com o todo, "regionalizar" as categorias gerais da análise, mostrar sua plasticidade em captar o real, o essencial da realidade capitalista sob qualquer forma em que ela se apresente, estes são os objetivos que perseguimos neste trabalho.

Como parte de uma série de estudos e pesquisas que o CEDEPLAR vem desenvolvendo na região amazônica<sup>(1)</sup>, em particular este ensaio é fruto de pesquisa desenvolvida a partir de 1977, que envolveu, além de levantamento bibliográfico, pesquisa historiográfica em bibliotecas, arquivos particulares e de empresas (seringais) na região, também um trabalho de campo com duração de 3 meses ao total, no qual se pesquisou, estudou; entrevistaram seringueiros, seringalistas etc. em todo o Acre, principal região produtora de borracha vegetal no Brasil.

É necessário alertar que este nosso estudo baseou-se na realidade da economia da

borracha no Acre, por sua importância enquanto maior produtor de borracha vegetal no Brasil, pelo fato de que a história do Acre se confunde com a história da borracha no Brasil. Daí, decorre que as generalizações para o conjunto da economia da borracha na Amazônia são problemáticas. É preciso, de resto, também afastar o mito da Amazônia como realidade homogênea. A Amazônia é muito diversa física, social, econômica e historicamente apesar das conexões, dos traços comuns que não significam, de modo algum, igualdade absoluta.

## 1. A Gênese da Economia da Borracha no Brasil

Já foi ressaltada, por vários autores, a extraordinária corrida pelo domínio de fontes de matérias-primas e mercados que marca o último quartel do século XIX, caracterizando o processo que muitos qualificam como de "neocolonialismo", reproduzindo, em parte, o fenômeno das grandes descobertas dos séculos XV e XVI.

A corrida neocolonialista do século XIX procurava repartir a África e a Ásia entre as grandes potências, expandir a influência das grandes corporações sobre os países semicoloniais, enfim, consolidar o poder do grande capital monopolista e financeiro e sua política imperialista<sup>(2)</sup>.

É neste quadro de expansão e consolidação do capital monopolista e do imperialismo que se inscreve a ocupação econômica e a anexação das terras acreanas ao Brasil. Essencialmente, é ao capital monopolista, quase exclusivamente, que a gênese da economia da borracha no Brasil servirá. Será ele o grande, senão o único, beneficiado pelo desenvolvimento da produção da borracha brasileira. Será ele o artífice desse processo. Detectar sua pre-

(1) Entre outros, CEDEPLAR. **Migrações internas na Região Norte**; estudo de campo na Região de Marabá. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. 3 v.

Idem. **Migrações internas na Região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte, 1979.

BRASIL. Ministério da Agricultura. CEDEPLAR. **Ocupação agrícola da Amazônia: primeiros estudos para a fixação de diretrizes**. Belo Horizonte, 1979.

(2) IGLÉSIAS, Francisco. **Natureza e ideologia do colonialismo no século XIX**. In: — **História e ideologia**. São Paulo, Perspectiva, 1971.

sença, por vezes invisível, seus interesses e expedientes, seus métodos de ação e seus objetivos são passos importantes no sentido de entender a economia da borracha no Brasil.

## A OCUPAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO ACREANA

É costumeiro referir-se à grande seca nordestina de 1877-80 como sendo esta o principal fator da ocupação da região acreana, do enorme fluxo migratório para a região amazônica, que alguns chegam a estimar em 500 mil pessoas<sup>(3)</sup>. Existe acesa controvérsia sobre a real magnitude do fluxo migratório para a Amazônia. Dentre os estudos que discutem este aspecto, destacam-se o de Samuel Benchimol, o de Douglas Graham e Sérgio Buarque de Hollanda Filho, e o de Roberto Santos<sup>(4)</sup>.

Qualquer que tenha sido sua magnitude, parece inquestionável que a primeira ocupação das terras acreanas foi reduzida, sendo incrementada à medida que a demanda internacional de borracha se acelerava e que as transformações tecnológicas, em curso no final do século passado, implicavam a utilização maciça da borracha como matéria-prima importante, como elemento indispensável na indústria de pneumáticos.

A grande alavanca do processo migratório para o Acre foi a transformação da borracha de "droga do sertão" em matéria-prima industrial importante na transformação tecno-

lógica que se verificou ao final do século passado.

O desenvolvimento do processo de vulcanização, que torna a borracha infensa a variações de temperatura, o desenvolvimento dos pneumáticos e a transformação da bicicleta em produto de amplo consumo de massa fizeram crescer enormemente a demanda e os preços da borracha, mas com o desenvolvimento da indústria automobilística a borracha passou a ser consumida em grande escala.

O deslocamento do fluxo migratório de nordestinos para a Amazônia não estava garantido *a priori*. Gostaríamos de alertar para o fato de que, se a seca explica a existência de enorme massa de migrantes, nada indica *a priori* que essa massa devesse deslocar-se para a Amazônia ou para outra região qualquer. É preciso considerar o aspecto de ser este também o momento no qual a expansão cafeeira esbarrava nos limites do esgotamento da mão-de-obra escrava, impondo-se a imigração estrangeira como solução para o problema. A questão que se coloca é, pois: por que a massa de migrantes nordestinos não se deslocou para o sul e se inseriu na expansão da economia cafeeira, cada vez mais necessitada de braços?

Se considerarmos a situação relativa da borracha e do café na virada do século, veremos que, apesar do grande crescimento da produção e dos preços internacionais da borracha, a situação do café sempre foi melhor, o que nos leva a pensar que a migração nordestina para a região cafeeira talvez tivesse sido vantajosa, além de menos dispendiosa do que a imigração estrangeira, se pesarmos os custos de transporte e outros custos decorrentes da imigração.

Então, qual motivo tão forte explica a migração nordestina para a Amazônia?

Por um lado, há resistência dos migrantes nordestinos a se transferirem para o sul, para a economia cafeeira, vista por eles co-

(3) FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11 ed. São Paulo, Nacional, 1971.

(4) BENCHIMOL, Samuel. O cearense na Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*. 6 (4): 337-420, dez. 1945.

GRAHAM, Douglas & HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migration, regional and urban growth and development in Brazil; a selective analysis of the historical record 1872-1970*. São Paulo, IPE, 1971.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, 1977. 2 v. Tese de Mestrado.

mo economia escravista. Também a volta de Manoel Urbano para o Nordeste, depois de enriquecido, virou lenda, transformando a Amazônia — o Acre — em novo Eldorado ante a perspectiva de enriquecimento rápido.

Esses elementos, que chamaremos ideológicos, não respondem, contudo, a questões como: quem financiou a migração, quem administrou e executou o processo? Ademais, não respondem que interesses moveram o processo migratório.

Acreditamos que a explicação para esse processo tem de ser buscada no entendimento do caráter da economia brasileira, sua inserção no conjunto do capitalismo mundial como pólo dependente e com uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho.

A expansão do capitalismo monopolista, sua política de dominação das fontes de matérias-primas e mercados, leva-o a uma nova etapa de colonialismo, à partilha da África e da Ásia, à Primeira Guerra Mundial. Leva-o a buscar dominar as fontes de produção da borracha, matéria-prima importante naquela etapa da Revolução do Automóvel.

Os últimos trinta anos do século passado foram marcados pela emergência do chamado capital monopolista, das corporações gigantescas, de uma nova Revolução dos Transportes (automóvel), pelo desenvolvimento da indústria química pesada, da eletricidade, da grande siderurgia, pela consolidação do capital financeiro, que é fusão dos capitais bancário e industrial, pela emergência de novas potências como Japão, EUA, Alemanha. Os traços característicos dessa etapa de expansão de capitalismo mundial podem ser assim definidos:

1. concentração da produção em grandes monopólios;
2. emergência do capital financeiro, significando fusão do capital bancário e industrial (o papel decisivo dos bancos na centralização do capital);

3. preponderância da exportação de capitais entre as relações econômicas internacionais;

4. repartição do mundo entre grandes grupos capitalistas;

5. repartição do mundo entre as grandes potências<sup>(5)</sup>.

A monopolização do capital foi gerada com a emergência de potências como Japão, Alemanha e EUA, e possibilitou a estes países suplantarem rapidamente a Inglaterra, uma vez que não tinham os problemas desta, de possuir uma estrutura industrial que combinava unidades produtivas do início da Revolução Industrial com as mais modernas invenções. A heterogeneidade da estrutura produtiva, fruto do pioneirismo britânico na industrialização, foi aspecto decisivo na perda da hegemonia britânica a partir do período pós-Primeira Guerra Mundial.

Se, por um lado, a monopolização significou resposta aos problemas de crescimento lento, à relativa estagnação que a economia europeia sofreu a partir de 1873 com a "grande depressão" por outro lado marcou também um crescimento intenso da escala mínima das empresas, o que acarretou tendência à diminuição das taxas de lucro, além de acentuada rivalidade entre as grandes potências pelo controle do mercado e fontes de matéria-primas.

Assim, o incremento do processo de exportação de capitais representa, nitidamente, tentativa de encontrar oportunidades de investimentos mais lucrativos em outras re-

---

(5) LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio supremo do capitalismo**. 2 ed. Coimbra, Centelha, 1974.  
LUXEMBURG, Rosa. **Acumulação do capital**; estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.  
BUKARIN, Nicolai. **O imperialismo e a economia mundial; análise econômica**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.  
HILFERDING, Rudolph. **El capital financiero**. Madrid, Tecnos, 1973.

giões. Também, a redescoberta do colonialismo, ao final do século passado, com a repartição da África e da Ásia entre as potências, marca vigoroso intento do capital monopolista de se apropriar das fontes de matérias-primas, para possibilitar o barateamento das matérias-primas, e, com isso, aumentar a taxa de lucro.

A exportação de capitais e o monopólio das fontes de matérias-primas representavam, enfim, expedientes decisivos na tentativa de impedir a queda da taxa de lucro.

É no bojo desse processo que a incorporação econômica do Acre e o florescimento da economia da borracha devem ser entendidos. A borracha, matéria-prima cada vez mais importante para os equipamentos industriais que surgiam, foi tornada material indispensável do novo padrão tecnológico trazido pela Revolução do Automóvel. Desse modo, a migração nordestina para a Amazônia, a constituição de uma economia baseada na produção do látex, devem ser entendidas dentro do quadro mais amplo da expansão capitalista mundial e do papel subordinado que economias como a brasileira têm nesse processo. Ou seja, o fluxo migratório de nordestinos para a Amazônia deve ser entendido como o momento da inserção da economia da borracha na expansão do capital monopolista do final do século passado.

Tal inserção dar-se-á pela conservação e aprofundamento dos tradicionais traços de subordinação e dependência reproduzindo a clássica situação colonial, na qual o excedente gerado na extração do látex é todo carregado para o exterior ou se cristaliza na suntuosidade dos teatros e monumentos, como outrora o ouro nas igrejas do barroco mineiro.

Tentamos demonstrar aqui que foi o interesse do capital estrangeiro que articulou as condições da emergência da economia da borracha no Brasil, através do financiamento da migração, efetuada por companhias de transporte (navegação), em sua grande maioria de capital estrangeiro, e administra-

da e incentivada pelos governos das províncias do Amazonas e Pará, a partir de empréstimos estrangeiros.

A continuidade do processo migratório encontrou maiores facilidades com a República, que deu grande autonomia às antigas províncias (Estados) para tomarem empréstimos e negociarem com o capital estrangeiro sem a interferência do poder central.

#### O PROCESSO POLÍTICO DA ANEXAÇÃO DA REGIÃO ACREANA AO BRASIL

Não se deve julgar o processo de ocupação econômica da região acreana como linear e sem contradições. Ao contrário, do exame desse processo sobressaem os conflitos políticos, as experiências armadas, as "revoluções" dos quais os interesses nacionais dos países envolvidos na questão fronteiriça, os interesses do capital monopolista e as motivações da população acreana são o pano de fundo<sup>(6)</sup>.

Os bolivianos, antes passivos com relação à ocupação da terra acreana, iniciaram, a partir de 1895, uma política de pressões sistemáticas junto ao governo brasileiro para que fosse respeitado o Tratado de Ayacucho. Em 1898, o governo brasileiro reconheceu a soberania da Bolívia sobre as terras acreanas. Os acreanos, entretanto, lutaram contra essa determinação brasileira, ajudados pelo governo da Província do Amazonas. A partir daí abriu-se uma longa etapa de rebeliões, que culminaram com a anexação do Acre ao Brasil, em 1903, através do Tratado de Petrópolis.

Iniciou-se um ciclo de experiências independentistas no Acre. A expedição do espanhol Luiz Galvez, financiada pelo governo do Amazonas, saiu vitoriosa e, a 14 de julho de

---

(6) Para uma análise detalhada desse processo, ver TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Conquista, 1961. 3 v.

## ECONOMIA DA BORRACHA

1899, foi proclamada a República do Acre. Mas o governo brasileiro insistiu em reconhecer a soberania boliviana, e a marinha brasileira extinguiu a jovem república a 15 de março de 1900. Nova expedição independentista foi financiada pelo governo do Amazonas, tendo sido derrotada pelos bolivianos a 24 de dezembro de 1900.

Ao mesmo tempo, a Bolívia negociava, a 14 de julho de 1901, com os banqueiros americanos e ingleses, a constituição do *Bolivian Syndicate*, uma “companhia de carta” como as que colonizaram o sul da África.

Esclareceu-se a política do grande capital internacional: apossar-se das fontes da matéria-prima importante para o desenvolvimento da indústria automobilística. Ao fracassar esta investida na Amazônia eles introduziram o “plantio racional” da borracha em suas colônias asiáticas e liquidaram definitivamente a hegemonia brasileira na produção da borracha.

Uma nova expedição comandada por Plácido de Castro, também financiada pelo governo do Amazonas, saiu vitoriosa, os bolivianos foram expulsos e o Estado Independente do Acre foi proclamado a 27 de janeiro de 1903.

Com a mudança de governo no Brasil — a saída de Campos Sales e a posse de Rodrigues Alves, tendo o Barão do Rio Branco como chanceler — também a política brasileira com relação ao Acre foi alterada. Rio Branco negociou o afastamento do *Bolivian Syndicate*, indenizando-o, a 24 de janeiro de 1903. O conflito nas terras acreanas foi reconhecido e tropas brasileiras enviadas para garantir o território. Com o Tratado de Petrópolis, a 17 de novembro de 1903, o Brasil comprometeu-se a pagar dois milhões de libras à Bolívia, além de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré como indenização pelo território, indenização esta rapidamente recuperada com o “boom” dos preços da borracha, entre 1900 e 1911.

Aparecia assim, pela primeira vez no direito público brasileiro, o termo Território

Federal, no que foi convertido o Acre com a Lei 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, o qual estava dividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá.

A questão dos limites com o Peru, referente às terras do Alto Juruá, foi solucionada em 8 de setembro de 1909, com o reconhecimento, por parte do Brasil, da soberania peruana em terras ocupadas por peruanos.

## AUGE E CRISE DA ECONOMIA DA BORRACHA NO BRASIL

Tal como se houvesse dito “eu criei, eu destruo” a longa crise que se abateu sobre a economia da borracha no Brasil foi também fruto da ação do capital monopolista, da política imperialista.

Por mais facilidades e benefícios que encontrasse na economia da borracha brasileira, o capital monopolista achava-se diante de um Estado Nação, o brasileiro, detentor de soberania e de uma legislação, o que colocava peias à sua ação.

Impossibilitados de dominar diretamente a região, os ingleses levaram sementes brasileiras de seringueira para suas colônias asiáticas, implantando um sistema de plantio racional que rapidamente se impôs e dominou a produção mundial. Em 1892, o Brasil respondia por 61% da produção mundial de borracha, em 1910 por mais de 50%, e em 1926, colônias inglesas e holandesas responderam por 93% desta<sup>(7)</sup>. Em 1910, a produção de borracha “nativa” representava 88,2% do total, enquanto a “plantada” representava 11,6%. Em 1923, a borracha nativa passou a representar 8,4% da produção total, enquanto a produção da borracha plantada foi para 91,6%<sup>(8)</sup>. Em 1910, a produção mundial de borracha nativa era de 62 000 toneladas e a de borracha planta-

(7) SOARES. José Carlos Macedo. **A borracha**. Paris, 1927. p. 35.

(8) *Idem*, *Ibidem*. p. 41.

da 8 000 t. Em 1920, a produção de borracha nativa caiu para 42 000 t, enquanto a plantada conheceu um assombroso crescimento para 360 000 t<sup>(9)</sup>.

As condições da extração do látex na floresta tropical são precárias. A produtividade do trabalho é baixa e as possibilidades de aumentá-la são escassas, uma vez que o processo de extração do látex obedece ao regime de coleta, subordinado à localização das seringueiras na floresta, o que, em alguns casos, implica percorrer 30 km.

Quando a Inglaterra e a Holanda iniciaram o plantio racional da seringueira na Ásia, foram motivadas por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito às vantagens proporcionadas pelo plantio racional, no sentido de aumentar a produtividade do trabalho, dada a grande extensão do mercado de trabalho e os baixos salários. A segunda razão diz respeito aos problemas que a expansão do capital, ao nível mundial, enfrenta diante do quadro da constituição dos "Estados Nações". Apesar de semicoloniais, países como o Brasil, de economia dependente, representam, em algum nível, bloqueios à livre distribuição do capital em escala mundial. Assim, introduzir o plantio racional em suas colônias asiáticas foi expediente decisivo naquele momento de consolidação do capital monopolista, sedento tanto de *mercados* quanto de fontes de matérias-primas e de novas áreas para inversão.

Nas colônias asiáticas, o capital inglês penetrou no processo produtivo da borracha, revolucionando-o, introduzindo sua lógica, sua disciplina, seu ritmo, sua especificidade, e justamente essa foi a causa da perda da hegemonia brasileira na produção da borracha. Enquanto a produção asiática deu-se a partir de métodos capitalistas, sendo o excedente gerado no processo mesmo da produção, a produção brasileira baseava-se ainda na dominação do capital mercantil e, por obter seus lucros do fato de ter o mo-

nopólio do "barracão" e o poder de estabelecer os preços de compra da borracha do seringueiro, não se interessou em transformar o processo de produção, não interferindo no sistema extrativo, não modificado substancialmente ao longo do tempo.

A expansão da economia da borracha entre 1880 e 1920 foi intensa. Entre os anos 1889-1897, a borracha respondeu por 11,8%, em média, do total da exportação brasileira; entre 1898-1910, por 25,7%; entre 1911-1913, por 20,0%; entre 1914-1918, por 12,0%. Esse significativo volume exportado foi acompanhado pelos excepcionais preços internacionais da borracha: em 1840, 45 libras por tonelada; em 1850, 118 libras; em 1860, 125 libras; em 1870, 182 libras; em 1909, 512 libras, preço que perdurou até 1911<sup>(10)</sup>.

O quase-monopólio brasileiro foi rapidamente rompido. Inglaterra e Holanda passaram a produzir o látex em suas colônias asiáticas, a partir de sistemas racionais de plantio e colheita, que conferiram diferenciais de produtividade do trabalho muitas vezes superiores à do trabalho seringueiro brasileiro.

A entrada no mercado da produção asiática das colônias inglesas e holandesas deu-se a partir do final da Primeira Guerra Mundial; a partir daí, a participação da borracha nas exportações brasileiras caiu vertiginosamente: entre 1919-1923 foi de 3,0%; entre 1921-1929, de 2,8%; entre 1930-1933, de 0,8%; entre 1934-1939, de 1,1%; entre 1940-1945, de 2,4%<sup>(11)</sup>. É claro que a grande crise dos anos 30 explica, em parte, as crises das exportações no período. Também os preços refletiram esse processo: a borracha, vendida em 1911 a 412 libras a tonelada, passou a ser vendida a 32 libras a toneladas em 1931<sup>(12)</sup>.

(10) VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. 2 ed. Rio de Janeiro. IPEA, 1975. p. 50. (Monografia, 10).

(11) *Idem, Ibidem*, p. 50.

(12) Vide também, a este respeito, PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.

(9) *Idem, Ibidem*. p. 35.

TABELA 1  
 EXPORTAÇÃO DE BORRACHA SILVESTRE AMAZÔNICA PARA O EXTERIOR, 1821-1947

Ano	Quantidade (t)	£/t
1821/1830	329	67
1831/1840	2 314	72
1841/1850	4 693	45
1851/1860	19 383	116
1861/1870	37 166	116
1871/1880	60 225	183
1881/1890	110 048	152
1891/1900	213 755	209
1901	30 241	283
1902	28 632	256
1903	31 717	308
1904	31 866	350
1905	35 393	420
1906	34 960	401
1907	36 490	374
1908	38 206	308
1909	39 027	484
1910	38 547	655
1911	36 547	412
1912	42 286	380
1913	36 232	285
1914	33 531	206
1915	35 165	200
1916	31 495	240
1917	33 998	224
1918	22 662	174
1919	33 252	188
1920	23 587	106
1921	17 493	72
1922	19 855	72
1923	17 995	100
1924	21 568	90
1925	23 537	206
1926	23 263	145
1927	26 162	107
1928	18 826	76
1929	19 861	75
1930	14 138	54
1931	12 623	32
1932	6 224	34
1933	9 453	43
1934	11 150	50
1935	12 370	50
1936	13 247	88
1937	14 792	90
1938	12 064	44
1939	11 805	63
1940	11 835	97
1941	10 734	126
1942	12 204	179
1943	14 575	191
1944	21 192	255
1945	18 887	270
1946	18 159	190
1947	14 510	186

FONTE: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além-depois*.  
 Manaus, Humberto Calderaro, 1977. p. 252.

Os dados sobre produção e preços internacionais da borracha estão na tabela 1.

#### A ECONOMIA DA BORRACHA: DEPENDÊNCIA E CRISES

Os documentos referentes ao auge da borracha estão repletos de relatos sobre a pujança da economia amazônica, o notável movimento comercial, o intenso fluxo de mercadorias com o exterior. Veio, depois, a crise, com a entrada no mercado da produção asiática de “seringa” plantada, a perda da hegemonia internacional da produção, a queda absoluta dos preços, a liquidação dos seringais. A recuperação da economia da borracha, com a Segunda Guerra Mundial, não foi suficiente para criar uma nova etapa de crescimento sustentado e vigoroso. Com o final da guerra, de novo a *letargia*, o crescimento lento, a prostração, agora resultado da concorrência exercida pelo desenvolvimento da borracha sintética, além da produção asiática. Esse quadro faz pensar em economia com períodos de vigoroso crescimento e riqueza, que cedem lugar a etapas de decadência e prostração.

Tais situações, tanto a de esplendor quanto a de decadência, foram determinadas por fatores exógenos à economia da borracha amazônica: o primeiro momento de auge foi reflexo do aumento da demanda por borracha do mercado internacional no início da Revolução do Automóvel; a consecutiva decadência foi resultado da entrada no mercado internacional da borracha produzida na Ásia em condições de plantio racional com níveis de produtividade extremamente mais elevados que os encontrados na economia do seringal nativo amazônico. O segundo momento de auge foi provocado pelo fechamento das fontes asiáticas de borracha com a ocupação japonesa durante a guerra, e a nova decadência, pelo desenvolvimento da borracha sintética.

Com relação à primeira decadência da borracha pode-se argumentar que na verdade

deu-se um processo no qual as determinações internas foram decisivas, ou seja, a incapacidade da economia da borracha no Brasil de introduzir o seringal de cultivo na verdade explica a perda da hegemonia da produção brasileira.

Não negamos este aspecto, nem pensamos na economia da borracha no Brasil como realidade autárquica, isolada, estanque. Nossa preocupação aqui é justamente entender as relações dessa economia capitalista. Entretanto, ao considerarmos as fontes de financiamento da economia da borracha no Brasil, naquela etapa, vemos que essas fontes eram basicamente externas. Eram as casas exportadoras, quase exclusivamente, de capital estrangeiro que controlavam todo o *sistema de aviamento*, financiavam as casas aviadoras, que por sua vez aviavam o seringalista etc. Assim, o controle efetivo do processo, exercido sempre por quem controla a apropriação e aplicação do excedente, achava-se nas mãos do capital estrangeiro, o grande beneficiado com os lucros da borracha. Acreditamos que a idéia central para o entendimento da economia da borracha é a de *dependência* da economia da borracha brasileira em relação ao conjunto da economia capitalista.

A economia da borracha, no decurso de sua história, teve todas as suas categorias determinadas exogenamente — os preços das mercadorias e os preços da borracha, o financiamento e o capital (estrangeiro) e a força de trabalho, já que foi a migração Nordeste-Amazônia sua principal fonte de mão-de-obra. Apesar da significativa geração de excedente da economia da borracha, a inexistência de mecanismos internos de retenção deste excedente fez com que todo ele “vazasse” para fora da região, transferido nas compras externas, no preço da borracha aviltado, nos juros altos dos financiamentos, no aviamento etc.

Reproduziu-se assim a clássica situação colonial de a região rica, em sua capacidade de gerar excedente, ser, na verdade, uma pobre máquina de gerar riqueza, quase que

inteiramente carregada para fora na forma das compras dos produtos manufaturados consumidos na região, do aviltamento constante dos preços da borracha, da perda constante de braços — seja pelo desgaste enorme provocado pelas condições da produção da borracha nativa, seja pelo regresso, ainda que diminuto, do seringueiro com saldo ao seu Nordeste inesquecido — da saída dos capitais do seringalista, os quais enriquecidos mantêm os seringais apenas como máquinas geradoras de um excedente que não se transforma em veículo de alterações da estrutura produtiva.

Fundamentalmente, devemos entender a economia da borracha no Brasil como a reprodução de uma economia dependente, capaz de gerar grandes massas de excedente, sem conseguir retê-lo porque economia extrativista, com poucas possibilidades de aumento da produtividade do trabalho a partir de relações de trabalho não assalariado; enfim, uma economia em que as possibilidades de se aumentar o excedente achavam-se muito limitadas.

## 2. O Sistema de Aviamento

### A ESTRUTURA DO AVIAMENTO

A gênese da economia da borracha foi marcada pela presença do trabalho compulsório, como forma exclusiva na exploração do látex. A exigência de trabalho compulsório era tanto uma decorrência da própria especificidade do trabalho de exploração da borracha na selva, quanto da inexistência de um mercado de trabalho na região.

As condições de vida na selva amazônica, as doenças tropicais, o clima, o isolamento e a miséria, além das cansativas e imensas jornadas de trabalho, eram por demais terríveis para que incentivassem a permanência do migrante nordestino. Atraídos para a região pelas promessas de riqueza fácil, obrigados a migrar pela forte seca ocorrida de 1877 a 1880, o nordestino tinha como gran-

de entrave à sua volta para o Nordeste o endividamento crescente que lhe era imposto, desde os custos da viagem até os custos de instalação, alimentação e compra de instrumentos de trabalho.

A viagem desde o Nordeste até a Amazônia era paga pelo migrante, que assim já chegava endividado ao local de trabalho. Além dessa dívida inicial, outras dívidas também eram contraídas antes do início da exploração do látex.

A montagem da “colocação”, que compreende o “tapiri” (barraco de madeira coberto de palha), o “defumador” (cabana também coberta de palha onde é defumado o látex) e as “estradas” geralmente em número de duas, foi, nos primórdios da economia da borracha, inteiramente financiada pelo seringalista (“patrão”), dono do seringal. Estes custos de instalação são dívidas que o seringueiro contraía antes mesmo de começar a trabalhar.

Além disso, são dívidas também os elementos iniciais de manutenção do seringueiro (espingarda, “terçado”, faca de cortar seringa, tigelinhas, munição, querosene, alimentação etc.) que, dado o monopólio do comércio exercido pelo seringalista, têm seus preços estabelecidos de forma efetivamente monopolista.

Ao monopólio da venda das mercadorias de subsistência ao seringueiro agregou-se o monopólio da compra da borracha, dados o isolamento do seringueiro e sua dependência do seringalista, além da forte pressão e fiscalização exercida por este, a evitar a presença do “regatão” (“marreteiro”), que, ao comprar a borracha e vender ao seringueiro algumas mercadorias básicas, abalava a absoluta dominação do seringalista.

Os “brabos” (migrantes nordestinos ainda desacostumados à vida amazônica e ao seringal) já chegavam às “colocações” endividados, e a partir daí toda a sua produção de borracha destinava-se a pagar uma dívida que só crescia, fixando definitivamente

o homem à atividade, impedindo-o de sair, seja pelo isolamento e dificuldades de transporte na região, seja pela vigilância severa do seringalista, o qual impedia as fugas e manipulava os preços (tanto de compra de borracha quanto de venda das mercadorias) de tal modo a manter a dívida, e, portanto, a dependência do seringueiro, virtualmente transformado em trabalhador compulsório. Ou seja, o controle exercido pelo capital mercantil era de tal ordem que conseguia criar a população para a exploração do látex, "reinventando" o trabalho compulsório no momento mesmo em que o Brasil assistia ao final da escravatura.

Estas são as características do sistema de aviamento: o capital mercantil, através das casas aviadoras, avia o seringalista, o qual, por sua vez, avia o seringueiro. As casas aviadoras eram financiadas pelas casas exploradoras que, ligadas ao capital monopolista internacional, conformavam o nó mais forte da trama; é o capital monopolista, em última instância, que estabelece os preços e controla o sistema de aviamento, já que efetivamente financia o processo. Nas palavras de Luiz Osiris da Silva:

"O decantado capital estrangeiro funcionou, na realidade, mais como bomba de sucção dos recursos produzidos no vale, encaminhando-os às metrópoles. J.A. Mendes, negociante e estudioso contemporâneo desses fatos, descreve assim o mecanismo dessa espoliação: 'As compras são feitas a 90 dias de vista. Trocam as letras da borracha, comprada nas agências dos bancos ingleses, contra o dinheiro que entregam aos vendedores. Quando vencem os 90 dias, já a borracha chegou a Nova Iorque ou Liverpool e foi vendida. Não precisam dispor de um só vintém, Vivem parasiticamente à custa da praça, impondo preços, ditando condições e fazendo ainda um favor aos aviadores em lhes comprar a mercadoria. E, como são os representantes das casas que, em Liverpool, Hamburgo e Nova Iorque fazem o monopólio da borracha, elas monopolizam

o comércio desse gênero também nos mercados produtores'

"Assim, estava a economia amazônica nas mãos dessas firmas: Adalbert H. Alden, norte-americana; Shrader, Gruner & Co., germano-britânica; Witt & Co., alemã; Gordon & Co., norte-americana; Neale & Co., inglesa. Na plenitude do ciclo gumífero, elas conseguiam fabricar crises, através do jogo criminoso com estoques acumulados nas praças compradoras, forçando a estabilização e até a queda do preço do produto, pelo controle absoluto que exerciam sobre as fases fundamentais da comercialização. A mera tentativa de se organizarem os 'aviadores' para a exportação direta era 'desestimulada' com ameaças de aniquilamento pelos donos do mercado"<sup>(13)</sup>.

Ou ainda outro trecho:

"A falta de capitais foi suprimida pelo sistema de crédito já vigente na região e através do qual vinha sendo financiada, desde os primeiros tempos da colônia, a exploração das riquezas nativas. Era o chamado 'aviamento', pelo qual o comerciante de Belém adiantava ao coletor da 'droga do sertão' os mantimentos necessários à sua expedição, recebendo em pagamento o produto da coleta. Com o tempo, foram as 'casas aviadoras' especializando-se, tornando-se, na época do fastígio da borracha, verdadeiras potências financeiras, muitas das quais 'representavam interesses do capital estrangeiro' na expressão insuspeita de Arthur César Ferreira Reis"<sup>(14)</sup>.

## O AVIAMENTO HOJE

Hoje, como foi na aurora da economia da borracha no Brasil, o sistema de aviamento é, por excelência, a forma de articular a produção extrativa. Porém, a continuidade do

(13) SILVA, Luís Osiris. *A luta pela Amazônia*. São Paulo, Fulgor, 1962. p. 95-6.

(14) *Idem, Ibidem*, p. 87.

processo fez com que pouco a pouco o seringalista se desobrigasse dos diversos custos de implantar e manter a "colocação". Esse expediente, juntamente com a permissão (que no início era negada) para o plantio do "roçado" no seringal, aparentemente deixou o seringueiro mais independente do seringalista. Examinemos mais de perto a questão.

Por um lado, o fato de o próprio seringueiro construir seu "tapiri" retira do seringalista um custo, já que quem o construiria seria, normalmente, um assalariado do seringalista, sendo um custo para este, portanto. Por outro lado, o poder de manipular os preços continua a ser exercido pelo seringalista. Deste modo, é possível aumentar o endividamento do seringueiro por outras vias.

A permissão para o plantio do roçado, antes negada, é também um aparente traço de independência do seringueiro. Ora, se o próprio seringueiro passa a produzir sua alimentação básica, o seringalista se vê desobrigado de abastecer o "barracão" e os comboios desses alimentos, normalmente de baixo valor por volume (peso), o que significa diminuir os custos de transporte com mercadorias de muito volume (peso) e pouco rentáveis. Ao mesmo tempo, abarrotam-se o "barracão" de perfumes, fazendas, bebidas, medicamentos sofisticados etc., mercadorias de fácil transporte e que geram altos lucros, especialmente quando se aplica a mesma taxa de transporte (10%), aplicada a mercadorias pesadas. Ou seja, a dependência do seringueiro não diminuiu com o roçado, encontraram-se, sim, novas fontes de lucros comerciais.

É claro que a possibilidade da permissão do plantio do roçado está na razão inversa do preço da borracha. A presença do roçado é nítida nos períodos de crise da borracha, período de baixos preços, quando o seringalista se beneficia com a produção dos alimentos pelo próprio seringueiro, na medida em que se livra de transportar mais mercadorias, além de, com isso, manter o se-

ringueiro no seringal. Nos períodos de auge da economia da borracha, pressiona-se o seringueiro, seja através da elevação dos preços da mercadoria (o que induz a intensificação da extração do látex), seja através da proibição formal do roçado, na medida em que os preços da borracha são tão altos que compensam aviar o seringueiro dos gêneros alimentícios básicos.

O "barracão" continua a ser a manifestação do poder do capital mercantil, estabelecendo os preços das mercadorias e os preços de compra da borracha, sendo quase que a única fonte de abastecimento dos seringueiros nos altos rios e nos "centros". A possibilidade de rompimento do domínio do "barracão" é representada pelo "regatão" ou "marreteiro" e é tanto mais forte quanto mais débil for a situação do seringalista. Hoje se assiste a uma grande expansão da atividade dos "regatões" como reflexo da decadência à qual a economia da borracha assistiu nos últimos anos. Com o corte dos financiamentos bancários, a intensificação das vendas dos seringais ou a desativação destes, muitos seringalistas deixaram de aviar os seringueiros, abrindo caminho para a penetração dos "regatões", que se tornaram as fontes abastecedoras dos seringais decadentes. A retomada recente da expansão da economia da borracha, com o PROBOR, não foi suficiente em quase todas as regiões do Acre. A sua presença só não se tornou muito importante nos seringais em que os seringalistas, mesmo atravessando fase adversa, continuaram a aviar os seringueiros.

A penetração ainda incipiente, mas já notada, da sindicalização entre os seringueiros, tem colocado novas condições para a comercialização do produto. Baseada no *Estatuto da Terra*, a orientação do sindicato tem sido no sentido de que, caso o seringueiro tenha saldo, ele não é obrigado a vender a borracha para seu patrão, a não ser que o preço seja competitivo. A presença desse seringueiro, chamado "seringueiro com condição", se não é dominante, coloca alterações para a hegemonia que até então

o patrão exercia sobre os seus fregueses. Evidentemente, como o monopólio do "barracão" permanece quase inalterado nos altos rios e nos "centros", o seringalista pode sempre manter o endividamento do seringueiro manipulando os preços das mercadorias e da borracha.

O BASA é o agente financeiro da SUDHEVEA e repassa os recursos para o financiamento da economia da borracha. O crédito é escalonado segundo as seguintes categorias de gastos: custeio; abertura de "estradas"; reabertura de "estradas"; seringal de cultivo. O total de recursos é passado ao seringalista em duas vezes, 70% no início do fabrico e 30% no final. Os 30% entregues ao final do fabrico destinam-se a pagar saldos de seringueiros e despesas com o transporte da borracha. Os 70% entregues no início destinam-se à compra de utensílios e mercadorias para o abastecimento dos "barracões".

Como o financiamento para abertura e reabertura de "estradas" é sensivelmente superior ao do custeio, e os juros baixíssimos (negativos), tem havido incentivo à expansão da produção de borracha.

Um problema que tem surgido é que a garantia exigida pelo BASA para o financiamento é a hipoteca da produção. Para tanto, o BASA estima a produção por seringueiro, considerado como empregado assalariado do seringalista. Entretanto, o seringueiro não é empregado assalariado, e como "parceiro" pode, segundo o *Estatuto da Terra*, se tiver saldo, vender sua produção para quem lhe ofereça melhor preço. Vendo seu dinheiro ameaçado, o BASA pressiona os seringueiros para que vendam a produção ao patrão, desconsiderando o *Estatuto da Terra*, que garante ao seringueiro com saldo a liberdade de venda.

Normalmente, devido a atrasos no pedido ou na liberação do crédito do BASA, o seringalista adianta-se à saída do financiamento, comprando a prazo nas praças de Belém e Manaus. As casas de comércio de

onde este compra podem não ser compradoras de borracha, cedendo crédito comercial comum a 30, 60 ou 90 dias. Quando são compradoras, pode-se estabelecer um compromisso entre a casa e o seringalista, transferindo este último àquela o direito sobre a borracha classificada e pesada pelo BASA.

Uma relação importante é a que liga o pequeno e médio seringalista ao grande seringalista/aviador. Configura-se uma situação em que o grande seringalista avia o pequeno e o médio seringalista, vendendo a estes as mercadorias do "barracão", financiando outros custos e comprando toda a borracha produzida em seus seringais. Assim, o grande seringalista, que pode, de fato, possuir poucos seringais, torna-se o grande comerciante da borracha, quem de fato controla o processo de comercialização da borracha. A presença desses grandes seringalistas é marcante ainda hoje, por exemplo, em Cruzeiro do Sul, onde a grande maioria da produção de borracha encontra-se controlada por três grandes seringalistas, e em Plácido de Castro, por dois grandes comerciantes, sendo que um deles controla 80% da borracha da região.

No início da atividade de extração do látex, as casas aviadoras estavam ligadas às casas exportadoras, normalmente de capital estrangeiro, e quem efetivamente controlava o processo era o capital estrangeiro. Existia, assim, uma trama de relações mercantis que tinha como nó mais forte o capital estrangeiro, ele próprio responsável pela emergência da economia da borracha na região, monopsonista da compra da borracha na Amazônia e monopolista na comercialização internacional do produto. Posteriormente, houve uma separação entre as casas exportadoras, de estrangeiros, e as casas aviadoras, de brasileiros ou portugueses<sup>(15)</sup>.

A presença do Banco da Amazônia na classificação e financiamento da atividade deu fim à separação dos fluxos de borracha e de mercado e retirou a importância do capital estrangeiro e do capital privado em geral.

Entretanto, não alterou fundamentalmente a natureza do processo no Acre.

### 3. A Manutenção dos Padrões da Economia do Seringal Nativo

#### SERINGAL NATIVO X SERINGAL DE CULTIVO

A dominação exercida pelo capital mercantil sobre a economia da borracha no Brasil consolidou uma estrutura na qual nenhuma manifestação do moderno se incorporou. Mais do que isso, a produção continuou intocada pelo capital, afundada na malha espessa do extrativismo.

É importante discutir, entretanto, que essa permanência do atraso não é uma fatalidade natural, derivada da própria atividade. A construção de uma economia da borracha cultivada na Ásia, com enormes ganhos de produtividade do trabalho, é demonstração de que a economia da borracha não está condenada ao atraso, ao primitivismo.

Como se explica que o capital tenha-se apropriado diretamente da produção da borracha na Ásia, e não o tenha feito no Brasil? Como se explica o fato de que o mesmo capital monopolista inventou a economia da borracha no Brasil a partir do trabalho compulsório e do extrativismo, tendo abandonado essa perspectiva e desenvolvido a economia do seringal de cultivo na Ásia?

É interessante observar que a implantação do seringal de cultivo na Ásia, o desenvolvimento de uma economia com grandes possibilidades de aumento da produtividade do trabalho se fizeram, em grande parte, sem a introdução do trabalho assalariado. Ou seja, conservou-se uma estrutura de dominação baseada no trabalho forçado, enquanto se processava uma ampla modernização do cultivo com plantio segundo regras agronômicas científicas, a eliminação

da necessidade da defumação, enfim, uma enorme “revolução” na produtividade do trabalho.

Por que isso é feito na Ásia e não no Brasil? Aqui, é preciso considerar duas questões. A primeira é: por que o grande capital não implanta no Brasil a economia do seringal do cultivo? A segunda é: teria o próprio capital nacional, ou este associado ao estrangeiro, interesse e condições de implantar tal economia?

A resposta à primeira questão está nas enormes facilidades que se oferecem aos países colonialistas à exploração de suas possessões. Por mais débil e dependente que o Brasil fosse era um Estado-Nação, com soberania jurídica etc. A exploração da borracha de cultivo no Brasil, por certo, teria de respeitar, em algum nível, as especificidades brasileiras. No caso da exploração da borracha em suas colônias, o grande capital vale-se do monopólio comercial, da absoluta dominação que exerce.

A outra questão é mais complexa. Se a tomarmos sob o aspecto histórico, veremos que, no momento mesmo em que surge a economia da borracha, assiste-se no País ao gigantesco esforço de expansão da economia cafeeira, concentrando todos os esforços e mobilizando todos os capitais disponíveis, toda a ação do poder público em sua sustentação, ou seja, a gênese da economia da borracha coincide com o início da grande expansão da economia cafeeira no meio-oeste paulista a partir de 1880. Esta coincidência histórica tornou extremamente difícil a ocorrência de deslocamento de capitais para a exploração da borracha de cultivo. Precisamos considerar o enorme volume de recursos que o plantio da borracha exige, o período de maturação longo (8 anos), a tecnologia rudimentar, à época, os enormes riscos de pragas e outros sinistros contra o seringal de cultivo.

A razão principal, ao nosso juízo, para a não introdução do seringal de cultivo no

Brasil são seus enormes custos, a enorme mobilização de recursos que exige, e o grande risco envolvido.

Porém, razão diversa, mas tão substancial quanto a anterior, se sobreleva. A extração do látex a partir do seringal nativo gerou durante algumas décadas enormes lucros. Ou seja, o capital mercantil que dominava imediatamente a economia da borracha, tinha no comércio, na manipulação dos preços, a fonte principal de seus lucros, não tendo, por isto, qualquer compromisso com a revolução técnica, com o aumento da produtividade do trabalho, com a produção, já que é na circulação que se localiza a fonte de extração de seu excedente.

Durante os anos do auge da economia da borracha, o capital mercantil apropriou-se dos enormes lucros do negócio, sem que fizesse qualquer inovação tecnológica substantiva, tendo-se acostumado a essa perspectiva de ser, sobretudo, um comerciante.

Quando a borracha asiática liquidou com "a idade de ouro" da borracha no Brasil, não houve como reverter o processo. Por um lado, os lucros do negócio tinham sido inteiramente utilizados como renda, no consumo por vezes suntuário de que nos falam as lendas sobre o fausto do período, de que são testemunhas as cidades de Belém, Manaus, seus palacetes, seus monumentos, seus teatros etc.

Ao comprar tudo de fora, ao importar todas as mercadorias de que necessitava, a economia da borracha tornou-se uma "bomba de sucção" poderosa, extraindo polpidos lucros, que pelo comércio, nas trocas, era quase totalmente carregado para fora.

A característica central da economia da borracha aparece nesse conjunto de relações, de encadeamentos do sistema de aviamento. Sobretudo, temos de entender o sentido do sistema de aviamento como uma manifestação do capital mercantil, na qual a preocupação principal com o processo de

extração de excedente localiza-se na esfera da circulação onde não há qualquer compromisso com a inovação técnica, em que o processo de produção é um dado, dominado pelas regras naturais do extrativismo, inteiramente intocado pelo capital.

Assim, quando nos perguntamos sobre o porquê de não se haver introduzido o seringal de cultivo quando surgiu a crise do seringal nativo provocada pela economia asiática, é preciso perguntar, já que o seringal do cultivo demonstrou sua excelência, o porquê de não se haver introduzido *no Brasil*.

Em primeiro lugar, é preciso considerar quem teria condições de fazê-lo. Se listarmos os possíveis interessados, veremos que são: o grande capital monopolista, o capital nacional e o próprio capital mercantil do negócio da borracha.

O capital monopolista, já vimos, desenvolveu a economia do seringal de cultivo na Ásia, fez de suas colônias asiáticas centro de uma poderosa economia agrícola, que dominou, em curto período de tempo, a produção mundial de borracha.

O capital nacional, à época da gênese da economia da borracha, estava inteiramente mobilizado na economia cafeeira e seus desdobramentos, as ferrovias etc.

O capital mercantil, que comandava imediatamente a economia da borracha no Brasil, teria tido condições de implantar o seringal de cultivo apenas no período de ouro da borracha, entre os anos de 1890-1910. Nesse período, entretanto, a própria tecnologia do seringal de cultivo não estava desenvolvida, bem como a própria natureza da economia do seringal nativo — que extrai seus lucros da circulação, do comércio — impediam este capital de se propor desenvolver o seringal de cultivo.

Uma conclusão possível para este último fenômeno referido é aceitar que durante o período do auge da borracha, no qual foi

## ECONOMIA DA BORRACHA

gerada grande quantidade de excedente, não havia interesse em cultivar a borracha porque era enorme o lucro extraído a partir do seringal nativo; não havia infra-estrutura botânica, tecnologia, que possibilitasse a introdução do seringal de cultivo. A própria fase de euforia de grandes lucros tornava a busca de alternativa do seringal de cultivo inteiramente despropositada.

Quando terminou a "época de ouro" da borracha, estavam esgotadas também as possibilidades de que o capital mercantil da região pudesse desenvolver o seringal de cultivo. Exauridos estavam os recursos gerados na região.

A enorme mobilização de recursos que exige o plantio do seringal de cultivo torna inteiramente inviável a sua implantação no Brasil, a não ser a partir do interesse do grande capital. Este, ao nível nacional, estava inteiramente concentrado na atividade cafeeira. O capital monopolista estrangeiro era o próprio criador da economia do seringal de cultivo na Ásia, em condições extremamente favoráveis, porque desenvolvido a partir de condições coloniais de monopólio e da espoliação absoluta. Daí, a permanência do seringal nativo neste País.

### O ESTADO E O CAPITAL NA ECONOMIA DA BORRACHA

A presença do Estado, através dos financiamentos do BASA e da assistência técnica empreendida pela SUDHEVEA através da EMATER, não tem contribuído para alterar o perfil tradicional da economia do seringal nativo, senão para reforçar alguns aspectos dessa dominação tradicional.

Já foram ressaltados os fortes interesses que o BASA tem em manter o monopólio do seringalista sobre a produção da borracha, na medida em que os financiamentos concedidos pelo BASA a este têm como contrapartida a hipoteca da safra. Assim, para o BASA se resguardar e garantir que o financiamento

seja, de fato, pago, ele tem todo interesse de que o seringueiro entregue a produção ao seringalista financiado, desrespeitando, assim, as prerrogativas legais do seringueiro (*Estatuto da Terra*), que estabelecem que ele pode vender a produção para quem lhe ofereça melhor preço, caso tenha saldo.

Esse interesse do BASA, bem como a grande lentidão com que são implantados os armazéns da COBAL no interior e, sobretudo, a permanência da mesma estrutura fundiária, da mesma ambigüidade na definição da situação do seringueiro (se posseiro, se parceiro etc.) fazem com que as mudanças que se projetam para a economia da borracha se apresentem apenas como ficções. Na verdade, a presença do grande capital especulativo na região e a entrada dos financiamentos estatais têm reforçado as tradicionais relações da economia do seringal nativo.

Com os grandes lucros acumulados no período do "milagre econômico brasileiro" o grande capital nacional e estrangeiro foi atraído para a Amazônia. Da Amazônia, acenava-se-lhes com a perspectiva dos incentivos fiscais, do preço baixo da terra, da rápida valorização e do mercado internacional de carne; assim, a pecuária começou a penetrar em grande escala. Sobretudo, esse processo é caracterizado pelo fato de que boa parte dessas aplicações de capital é feita sem maior desembolso, benesses do Estado ao grande capital.

Embora esta conjuntura e estas políticas expliquem a presença dos grandes grupos sulistas no Acre, por exemplo, não explicam adequadamente a migração dos médios proprietários. Estes vieram para a Amazônia, para o Acre, atraídos não tanto pelos incentivos, mas pelo diferencial do preço da terra entre o Sul e o Acre.

Em qualquer um dos casos, é inevitável reconhecer que a penetração desses sulistas é, sobretudo, manifestação das transformações pelas quais passa a economia bra-

sileira, no sentido da política econômica geral. Essa política enfraquece a economia do seringal nativo, ao mesmo tempo em que subsidia o grande capital para a ocupação da Amazônia.

As grandes vendas de seringais se verificaram entre 1972 e 1974; a partir daí, houve uma estagnação do processo, por um lado provocada pelas restrições formais que o INCRA passou a impor para as transações de terras, por outro, mais fundamentalmente, pela mudança da política econômica com relação à implantação do PROBOR I. O PROBOR I teve como uma de suas motivações básicas os crescentes problemas que a produção da borracha sintética passou a enfrentar com a elevação do preço do petróleo, sua matéria-prima básica, e também a tentativa de reduzir os déficits da balança comercial brasileira, reduzindo a importação da borracha asiática. Assim, a valorização da borracha natural é um dos móveis da mudança da orientação da política econômica com relação à borracha.

O processo de desativação dos seringais no Acre, a venda dos seringais aos sulistas, que os desmatavam para a implantação da pecuária, gerava um intenso fluxo migratório campo-cidade, dos seringueiros agora destituídos de sua única fonte de sobrevivência. Esse fluxo migratório foi também orientado no sentido Brasil-Bolívia, já que as fronteiras bolivianas são ricas em seringais extremamente produtivos. O crescimento recente de Rio Branco é o índice maior desse processo migratório. Todas as cidades acreanas tiveram suas periferias aumentadas pela chegada dos ex-seringueiros, transformados em diaristas, biscateiros etc., pouco absorvidos em atividades permanentes.

Com a elevação dos preços e a ativação do PROBOR I, o fluxo migratório foi parcialmente invertido. Os financiamentos com juros subsidiados, os financiamentos para custeio, abertura e reabertura de estradas incentivaram o crescimento da produção de borracha, a reativação dos seringais, a vol-

ta dos seringueiros. Essa retomada da expansão da economia da borracha foi basicamente processada pela presença dos recursos federais, dos subsídios e incentivos que o PROBOR I trouxe.

Ao mesmo tempo, os financiamentos do BASA ao seringal nativo têm incentivado o grande capital, que chegou à região com a perspectiva de implantar a pecuária, a se interessar pelo seringal nativo, configurando-se uma situação na qual o grande capital movimentava o seringal nativo, conservando as mesmas relações de aviação, sem alterar substancialmente os traços da economia da borracha.

A presença do Estado, enfim, não alterou, mas sim reforçou os traços característicos da economia do seringal nativo, a hegemonia do capital mercantil, agora financiado pelo Estado como outrora o fora pelo capital estrangeiro (casas exportadoras e aviadoras). Por outro lado, tal presença foi decisiva para mudar o quadro migratório acreano. O intenso fluxo migratório do grande capital para a Amazônia teve, ao lado dos ganhos provenientes do baixo preço das terras, da especulação fundiária, um grande móvel na ação do Estado durante o quadriênio 1970-1973, principalmente.

A primeira medida de política dos grupos sulistas, quando chegaram ao Acre, foi desativar os seringais e desmatar, implantando a pecuária. Acreditavam na irracionalidade do negócio da borracha nativa, no entrave que representava para a expansão da agropecuária. Uma política agressivamente "anti-seringal" foi praticada na região do Purus-Acre, com a expulsão dos seringueiros, a destruição dos seringais etc. Por outro lado, em regiões onde não havia grande perspectiva de uma imediata implantação em alta escala da agropecuária, os grupos sulistas foram obrigados a mudar de política. Inicialmente, estes últimos grupos instalaram-se nos municípios de Feijó e Tarauacá, comprando enormes extensões de terra, ao contrário dos médios proprietários sulistas,

que compraram terras na região do Purus-Acre. As óbvias dificuldades de transporte, bem como a estreiteza do mercado consumidor da região, não recomendavam qualquer grande investimento em pecuária.

O móvel principal da entrada dos grupos sulistas na região de Feijó e Tarauacá foi o baixo preço da terra, assim como a perspectiva de especulação com a mesma. Para garantir esta política, era fundamental manter a posse da terra e explorá-la de alguma forma, garantindo-se contra possíveis (ainda que remotas) ações do INCRA. A reativação dos seringais nativos pelos grandes grupos sulistas surge nesse contexto. Atualmente, os sulistas exploram o seringal nativo, utilizando-se dos mesmos expedientes tradicionais — o “barracão” o aviamento, a renda etc. — com algumas inovações. O tamanho da empresa permite certas economias de escala, e a diversificação significa que não precisa gerar seu lucro apenas no extrativismo. A presença da COBAL reduz os custos da mercadoria. A eficiência do abastecimento e escoamento permite dois ciclos por ano em vez de um. A dependência de órgãos tais como SUDHEVEA, INCRA, IBDF e FUNAI cria interesses em observar a lei, inclusive o *Estatuto da Terra*. Com essa orientação, os grupos sulistas estão garantindo a posse da terra, valorizando-a através do trabalho do seringueiro, obtendo lucros que, se não são extraordinários, garantem excelente rentabilidade para uma terra que foi comprada a preço irrisório. Assim, mantém-se a terra, garante-se o lucro e a valorização da terra, espera-se a estrada, os novos incentivos.

Esses grupos sulistas, com forte suporte financeiro e comercial, estão-se transformando em grandes casas aviadoras de pequenos e médios seringalistas, reproduzindo a hegemonia dos grandes aviadores. Suas intenções originais tiveram de se adaptar à realidade da região; à medida que se envolvem na extração da borracha, a migração campo-cidade diminui ou até reverte, não só pela colocação de seringueiros em suas

propriedades, como também pela colocação, em seringais, de terceiros que eles aviam.

#### 4. O Trabalho no Seringal: Progresso Técnico Ausente

A estrutura de produção de um seringal grande envolve as seguintes categorias, além dos seringueiros:

a. Gerente — colocado quando o seringalista proprietário é absenteísta. Pode ser aviado ou empregado; quando empregado é assalariado, quando aviado recebe percentagem dos lucros da venda das mercadorias e da compra da borracha, e, às vezes, parte da renda.

b. Guarda-livros — prático, responsável pela escrituração contábil do seringal e pelo registro de todas as transações mercantis internas ao seringal. Normalmente é assalariado.

c. Caixeiro — responsável pelas vendas no balcão do “barracão”; é assalariado.

d. Noteiro — tem como tarefa percorrer as colocações periodicamente (idealmente, de 15 em 15 dias), anotando a produção de borracha e o pedido de mercadorias do seringueiro; é assalariado.

e. Comboieiro — em geral leva, em tropa de burros, as mercadorias para o seringueiro e traz a borracha produzida; é assalariado.

f. Mateiro — tem como tarefa a localização das árvores de seringa para abertura de “estradas”. O mateiro pode ser assalariado ou empreiteiro, ganhando por seringueira que tenha localizado; também funciona como fiscal de corte fiscalizando os dias em que o seringueiro cortou e a quantidade do corte.

g. Toqueiro — é o encarregado de efetivamente abrir a “estrada”, já que o matei-

ro apenas vai abrindo uma pequena picada ligando as seringas; normalmente, recebe por árvore.

*h. Diarista* — empregados assalariados que trabalham normalmente em torno do "barracão" nas tarefas do roçado, casa de farinha, gado, serviços de reparo e manutenção de estradas de burro, pastos, pontes etc.

*i. Ferreiro* — responsável pela fabricação de facas e pelos consertos em armas e demais utensílios metálicos. É autônomo, entretanto tem conta-corrente no "barracão" recebendo apenas crédito em sua conta, também se aviando no "barracão"

Em que pese a classificação de assalariados para alguns desses empregados, raramente recebem salário em dinheiro; todos têm, como os seringueiros, contas-correntes no "barracão", aviando-se neste aos seus preços, o que os coloca permanentemente em situação de endividamento, devido aos baixos salários e diárias que recebem. Com exceção do gerente, os assalariados ganham o salário mínimo, ou uma diária, que em 1978 era de Cr\$ 30,00 mais refeições.

A extração do látex a partir do seringal nativo é uma atividade extensiva, determinada pela presença das árvores na mata, por sua densidade, por seu espaçamento, por sua geometria, o que não segue a lógica natural. A "seringa" impõe regras rígidas à sua exploração. Não se pode cortar uma árvore mais de que uma vez por dia, sendo preciso alterar os dias do corte para evitar a superexploração da árvore, o que comprometeria sua produção e reprodução. Diversamente da agricultura e da indústria, nas quais a produção pode ser aumentada pela substituição do trabalho por capital, ou seja, introduzindo tecnologia, todo e qualquer aumento da produção no seringal tradicional depende exclusivamente da incorporação de novas árvores à produção, não se colocando de maneira substancial, pelo menos até re-

centemente, o aumento de produtividade do trabalho a partir de inovações tecnológicas. A economia do seringal nativo tem, somente, como formas de aumentar a produção, incrementar a tomada da terra, incorporar novas seringueiras ou acionar "estradas" paradas.

A economia do seringal nativo, entretanto, como em outras formas de produção extensivas, não incorpora economicamente as terras de modo efetivo. Na mata abrem-se apenas ramais, "estradas de burro" "varadouros" necessários ao escoamento da borracha e ao abastecimento do seringueiro. Se estes caminhos não são limpos e batidos anualmente, a mata "cicatriz" os caminhos abertos, impedindo a continuidade da exploração. A economia do seringal nativo não coloca a terra em condições de ser explorada economicamente por outra atividade: conserva-a bruta e alheia às transformações pelas quais passa a Amazônia. Com isso, não estamos negando a existência dos pequenos roçados, freqüentes nos seringais, como instrumento de sobrevivência do seringueiro. Apenas, queremos ressaltar que a área desmatada para o roçado é insignificante, em termos da área total dos seringais.

Normalmente, as "estradas de seringa" têm de 10 a 15 km de perímetro. A forma circular da "estrada" apesar de ser ideal, nem sempre ocorre. Existem as "estradas de ponte" que não têm "fecho". Cada estrada tem, em média, 150 "madeiras". Essa média tem valores extremos: superior, nos seringais bolivianos do Abunã, que têm normalmente em torno de 200 "madeiras" por "estrada" e onde o seringueiro corta três "estradas" em média; inferior, nos seringais do Vale do Juruá, que têm entre 100 a 120 "madeiras" por "estrada"

A densidade de "madeiras" por área e a produtividade da madeira dos seringais da Bolívia são as mais altas da região.

Dois fatores — a produtividade natural e os preços da borracha e das mercadorias —

são os grandes móveis da ocupação da terra no seringal nativo. A possibilidade de encontrar árvores próximas umas das outras e/ou com grande produtividade pode limitar a incorporação de novas terras ao seringal. Também a pressão exercida pelos preços, seja das mercadorias, seja da borracha, é elemento decisivo na expansão do seringal. Em épocas em que o preço da borracha sobe, existe uma tendência forte no sentido de reabertura de "estradas" paradas, abertura de novas "estradas", incorporação de novas "madeiras" às estradas já existentes.

O incremento da produção na economia do seringal nativo, como já vimos, só se pode dar pelo aumento da área explorada e pelo aumento do número de seringueiros empregados. Ou seja, a possibilidade muito restrita de aumento da produtividade do trabalho dessa economia extrativista e a inexistência de um mercado de trabalho fazem com que a migração seja condição necessária para o aumento da produção da borracha no Acre.

No mesmo sentido, age a elevação dos preços do "barracão" obrigando o seringueiro a incorporar novas "madeiras" à sua estrada, aumentando virtualmente o seringal, já que muitas vezes estas árvores anexadas se encontram em propriedade alheia.

Colocava-se, até recentemente, o problema da separação entre terra e "estradas de seringa". No passado, os seringais eram vendidos não a partir de sua área mas fundamentalmente pelo número de "estradas de seringa" que comportavam, sendo os limites do seringal imprecisos, sujeitos a interpretações e disputas.

A economia do seringal nativo tem como principal característica o fato de estar submetida aos "caprichos da natureza", já que as "estradas" são abertas a partir da disposição natural das seringueiras na mata, ficando o trabalho de coleta do látex sujeito a longas e cansativas caminhadas.

Normalmente, cada seringueiro tem duas "estradas", que são "cortadas" em dias alternados para descansar a seringa. Considerando que o trabalho da coleta compreende o "corte" e o recolhimento, e que ambos implicam uma volta completa pela "estrada" o seringueiro percorre até 30 km por dia, somente no trabalho de coleta. Se sua casa for distante da "estrada" o que não é incomum acontecer, tal caminhada será ainda maior.

Após o processo de "corte" que começa às 3 ou 4 horas da manhã, o seringueiro se alimenta. Depois, inicia o processo de recolhimento do leite da seringa repassando de novo a "estrada". Assim, retorna a casa em torno das 15 ou 16 horas. Nela, enceta a segunda etapa do processo, a defumação do leite, tarefa na qual trabalha até o início da noite, completando uma jornada de trabalho de 14 a 15 horas.

O regime de chuvas na região estabelece a época para extração do látex — abril-maio a outubro, o período de estiagem, chamado "verão". No período de chuvas, chamado "inverno" além de as "estradas" ficarem alagadas, a água da chuva dilui o leite na tigelinha e impede o aproveitamento do látex. Neste período, quando não se corta a seringa, aumenta ainda mais a dependência dos seringueiros em relação ao "barracão". A dependência é tanto mais forte nos locais onde eles não podem deslocar-se para outras atividades, como a coleta de castanhas etc.; aviando-se no "barracão" endividam-se ainda mais.

É quase ausente o progresso técnico na atividade de extração do látex. O fato de as árvores serem nativas e terem uma disposição ao acaso, o fato de se encontrarem na mata fechada, o fato de existir uma regra natural para a extração do látex, ou seja, apenas um corte pode ser feito por árvore a cada dois dias etc., tudo isto coloca estreitos limites à possibilidade de se aumentar a produtividade do trabalho através de inovações tecnológicas. A única transformação

técnica que a economia da borracha sofreu até recentemente foi a substituição da machadinha pela faca asiática chamada “Je-bong”. A machadinha produzia cicatrizes nas árvores que, por vezes, as inutilizavam, impedindo futuros cortes. Assim, o processo de produção da borracha nativa não se alterou substancialmente desde a época em que as primeiras levas de nordestinos chegaram à Amazônia. Ainda se impõem as exaustivas jornadas de trabalho, as longas caminhadas, o trabalho que se inicia de madrugada, e só termina à noite.

O processo de trabalho na extração da borracha tem várias etapas e inicia-se antes mesmo do início da coleta do látex: limpeza das “estradas”; normalmente feita depois das chuvas, em março; reparos em jiraus, “mutás” pontos, defumadores etc; raspagem das árvores para o corte; armazenamento de cocos e cavacos para a defumação; corte e defumação.

O processo de trabalho é comandado apenas formalmente pelo seringalista, já que poucas são as possibilidades de se introduzirem modificações técnicas que aumentem a produtividade. O seringalista controla o processo, ao fiscalizar se o “corte” está sendo feito segundo as regras que tentam impedir a inutilização precoce da árvore. A contagem do número de cortes e a comparação desse número com a quantidade de borracha produzida pelo seringueiro é outra forma de controle que o seringalista tenta estabelecer sobre o processo de trabalho. No último caso, a preocupação básica é impedir o desvio da produção pela ação do “regatão”. Como se vê, o seringalista só exerce controle indireto sobre o processo de trabalho.

Recentemente, com a descoberta dos efeitos estimulantes dos fito-hormônios sobre a produtividade da seringueira, parece ter avançado a exploração do látex. O Ethrel poderá dobrar a produção por seringueira. Entretanto, para compensar o desgaste que a árvore certamente terá, será necessário usar adubação química, o que seria prati-

camente inviável nos seringais nativos. Por outro lado, ainda não está claro se a utilização dos fito-hormônios não reduzirá a vida útil da seringueira.

Das tentativas de se introduzir modificações técnicas na produção da borracha nativa, a única realmente significativa é o processo CVPD (Cernambi Virgem Prensado Defumado), que consiste em quatro etapas:

1. Corte — o seringueiro terá sua tarefa de corte facilitada porque só dará uma volta pela “estrada” em cada corte, já que, com a colocação de ácido acético na tigelinha — que provoca coagulação instantânea — ele não terá que voltar no mesmo dia coletando o látex. Assim, num dia ele cortará as duas “estradas” colocando o ácido acético; no dia seguinte, ele poderá dedicar-se à caça, roçado, armazenamento de cavacos para a defumação etc., ou, então, cortará apenas uma “estrada” por dia para dedicar a tarde a outras atividades.

2. Recolhimento — quando o seringueiro voltar a cortar, recolherá os “biscoitos”, que se formam pela coagulação com ácido acético para a prensagem e defumação, e assim por diante. O recolhimento não precisa ser imediato, já que os “biscoitos” se preservarão por vários dias.

3. *Prensagem* — consiste na colocação dos “biscoitos” em prensas simples (normalmente, prensas de mandioca adaptadas) e prensagem durante 18 horas. Este processo terá como resultado a formação de lâminas de cernambi de 60 x 40 cm e de 2 a 3 cm de espessura.

4. Defumação — para o desenvolvimento desse processo acrescenta-se, ao tradicional defumador, uma estufa de palha ligada ao defumador por um canal subterrâneo (poucos centímetros abaixo do solo) que sai do “boião” do defumador. No “boião” são colocados o cavaco e o coco normais, tapando-se a boca para que a fumaça seja canalizada para a estufa onde estão deposita-

das, em prateleiras, as lâminas de cernambi. A defumação deve ser feita durante 72 horas. A borracha assim produzida deverá ter um preço mais elevado do que a "Acrefina" segundo a SUDHEVEA, já que não precisa ser cortada para o seu beneficiamento, entrando diretamente na "crepagem" além de ter uma "quebra" muito pequena, posto que já foi prensada. Note-se, também, que as lâminas não podem esconder impurezas colocadas para aumentar o peso.

O CVPD é um processo realmente inovador e, combinado com a utilização dos fitohormônios, possibilitará um aumento da produção com significativa redução da jornada de trabalho. Entretanto, permanece sem resposta o problema provocado pelo transporte da borracha em balsas pelos rios altos. Como a defumação do CVPD é apenas superficial, ele não poderá ser transportado por água, já que é sensível aos fungos que se formarão, estragando o cernambi, comprometendo a qualidade da borracha.

A produção da borracha obedece, ainda, a outras determinações naturais: só é possível no período de estiagem ("verão", abril a outubro, em média). Normalmente, o mês de março já é mês de estiagem, mas o seringueiro o utiliza para a limpeza das "estradas" e reparo nas pontes etc. Em regiões onde não há alagamento, como no vale do Juruá, acima de Taumaturgo, normalmente se trabalha até dezembro, quando as chuvas se intensificam.

No caso da região do Vale do Purus-Acre-Abunã, onde a castanha é explorada, os meses de janeiro e fevereiro são meses de coleta de castanha, combinando-se aí, perfeitamente, os dois ciclos, o da castanha e o da borracha.

Nos meses de agosto a setembro há, normalmente, uma interrupção no "corte" da seringa, devido à sua pouca produção de seiva. Nesses meses, em que há a queda das folhas, a árvore usa quase toda a sua seiva para a floração e o novo enfolhamento. Uma sobrecarga com a exploração do látex poderia matar a planta.

O trabalho familiar, as formas de parceria e sociedade existem na economia do seringal nativo. O trabalho das mulheres nas tarefas de "corte" e defumação, apesar de não ser muito freqüente, existe, e a figura da mulher seringueira não é de todo estranha na região.

Normalmente, os outros membros da família ajudam no trabalho do roçado; não só as mulheres, mas também os filhos menores, são basicamente os responsáveis pela manutenção do roçado, depois que os homens derrubam a mata e queimam a área.

Os filhos homens começam a aprender a "cortar" desde a infância. A princípio, acompanham o pai na mata, aprendendo os segredos do trabalho. Depois do aprendizado, costumam encarregar-se de uma ou mais "estradas" aumentando a produção da "colocação".

Hoje em dia, é freqüente a presença do meeiro nos seringais. Diversas são as formas que assumem as relações entre o seringueiro e o meeiro. O meeiro pode ser o indivíduo que se encarrega da metade da jornada de trabalho, cortando e recolhendo num dia, defumando em outro etc. Nesse caso, será mais apropriado falar de um sócio que tem a metade das responsabilidades e a metade do produto. Entretanto, a forma clássica de "meia" é quando o "seringueiro-chefe" tem um meeiro que se encarrega das tarefas de "corte" e defumação, ficando por conta do seringueiro-chefe o roçado e a manutenção do meeiro. Ao final, a produção é dividida meio a meio.

### **5. As Relações de Produção na Economia da Borracha no Brasil**

#### AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA ECONOMIA DO SERINGAL NATIVO

A borracha apresenta um paradoxo: é componente industrial importante, matéria-

prima cada vez mais requisitada, material indispensável à indústria automobilística e a uma série de indústrias; por outro lado, atrasado e pobre, áspero e insensível ao novo, encontra-se o processo mesmo da sua produção natural, o extrativismo, que readquiriu sua antiga importância com a elevação dos preços do petróleo e conseqüentemente da borracha sintética.

Qual a natureza dessa criatura híbrida, que liga, através de fios invisíveis, a sofisticação dos pneus dos grandes aviões a jato, às longas e cansativas caminhadas do seringueiro pela mata imensa, cortando a seringueira, defumando seu leite, reproduzindo um processo secular da produção?

Existem alguns aspectos na economia do seringal nativo que, de inusitados, perturbam e confundem o analista desavisado, preso, em demasia, ao rito classificatório, aos esquemas formais.

Outros, tomados pelo imediato, pelo quadro de atraso e fixação da economia da borracha nativa, costumam circunscrevê-la ao mundo das coisas exóticas, das excentricidades, sobrevivência do passado, insignificante enquanto fenômeno quantitativo.

Uns e outros passam ao longo da compreensão da economia da borracha. Os primeiros, porque armados de espartilhos e funis tentam, a custo, pasteurizar uma realidade complexa e multifacetada. Os outros, pelo sabor um tanto colonialista que se desprende de seu juízo sobre tudo quanto não seja "moderno" ou quantitativamente relevante.

A questão intrigante e complexa é que a superfície exótica e atrasada da economia da borracha esconde laços significativos com o conjunto de acumulação capitalista, com seus centros dinâmicos, laços de dependência e subordinação por certo. Mais do que isto, um exame detido da economia da borracha evidencia que a sua própria gênese, sua forma específica, as relações

de aviamento, de trabalho compulsório que engendra, foram produzidas, histórica e realmente, pelo grande capital monopolista, no final do século passado.

O mais difícil e perturbador não é a descoberta desse processo em que o capital monopolista reinventa o trabalho compulsório. Na verdade, a própria situação interna da economia da borracha é instigante: por um lado, está afundada num processo de trabalho praticamente intocado desde a sua gênese no século passado; de outro lado, é complexa a configuração das relações entre seringueiro e seringalista. Dentre essas relações, apresenta-se, por exemplo, a que pode ser qualificada como relação entre "agricultor" (camponês) e o proprietário de terra na forma de *renda* que o seringalista cobra do seringueiro. Ao mesmo tempo, estabelece-se um outro tipo de relação entre o seringueiro e seu "patrão", que é a de comércio, a compra e a venda de mercadorias. Ainda é possível identificar uma outra relação entre eles, a que configura o *Estatuto da Terra*, qualificando o seringueiro como parceiro. Esta última qualificação é um dos pontos principais da luta sindical na região. Considerar o seringueiro como parceiro é possibilitar a ele a venda de seu produto, a borracha, a quem melhor lhe pague, desde que tenha "saldo" desobrigando-o da necessidade de vender a borracha apenas a seu patrão.

Também ao nível das fontes de extração de excedente, essa dificuldade se renova. Para muitos, a grande fonte de lucros da economia da borracha não se localiza na produção, na apropriação do excedente a partir do aumento da produtividade do trabalho. Os vários limites à possibilidade de extração do excedente a partir da produção, que continua absolutamente não comandada pelo capital, fazem com que as fontes principais de extração de lucro do seringalista se concentrem no comércio e na cobrança da renda. Sobretudo no comércio é que o seringalista se apropria do excedente, através do monopólio que exerce.

Assim, a economia do seringal nativo caminha para ser definida como uma economia dominada pelo capital mercantil, em que a inexistência do progresso técnico, a presença absoluta de uma base técnica rudimentar, totalmente infensa à modernização, torna a esfera da circulação, o comércio, a manipulação dos preços das mercadorias, o principal instrumento da geração de lucros.

A ausência de forças produtivas capitalistas de efetiva subordinação do trabalho ao capital e mais a presença simultânea do monopólio do comércio definiram um quadro clássico no desenvolvimento do capitalismo, a "indústria a domicílio" dominada pelo capital mercantil.

Existe interessante analogia entre a economia do seringal nativo, dominada pelo aviamento, e a indústria a domicílio. Ambos os processos estão marcados pela presença absoluta do capital mercantil e pela ausência do progresso técnico. Tanto os valores de uso produzidos pelos antigos artesãos da etapa de transição, quanto a borracha produzida pelos seringueiros, têm em comum o fato de terem possuído uma base técnica inteiramente estranha ao capital. A primeira, herança do período corporativo feudal, a segunda dominada por um complexo de determinações naturais do extrativismo, que reduz à quase nulidade qualquer tentativa de aumento da produtividade do trabalho.

No caso da economia da indústria a domicílio, o grande capital mercantil que a controlava não tinha interesse em revolucionar as condições da produção, porque, monopolista no comércio, estabelecia aí sua principal fonte de extração de excedente. A revolução tecnológica que se processaria teria no pequeno produtor o seu agente, já que este tinha, como necessidade vital, de desenvolver a produtividade do trabalho em sua oficina, baratear seu produto, para, com isso, poder concorrer, em condições melhores, com os dois outros setores produtores de tecidos: o artesanato corporativo e a indústria a domicílio comandada pelo capital mercantil.

No caso da economia do seringal nativo, avultam algumas diferenças importantes com relação à situação clássica da transição. Em primeiro lugar, os instrumentos de trabalho são propriedade do próprio produtor (seringueiro). No caso da economia da indústria a domicílio, a propriedade dos instrumentos de trabalho e da matéria-prima era do comerciante que empregava os artesãos, numa clara tendência à constituição do trabalho assalariado.

Essa diferença tem implicações profundas na caracterização dos dois processos; no caso da indústria a domicílio a perspectiva do trabalho foi um desenvolvimento possível, pelo fato de existir a força de trabalho, a expropriação dos produtores diretos, a criação de uma classe de homens deserdados, sem qualquer outra alternativa de sobrevivência que não a venda de sua capacidade de trabalho. No caso da economia da borracha, a ausência de uma acumulação primitiva, as condições naturais da produção, implicaram o estabelecimento do trabalho compulsório como condição indispensável para a produção.

A necessidade da introdução do trabalho compulsório não existe para impedir que o seringueiro venha a ocupar as terras abundantes existentes. A situação não é idêntica à que determinou a implantação do trabalho escravo na economia colonial brasileira. Na verdade, o trabalho compulsório na economia da borracha deve-se às terríveis condições de trabalho na mata amazônica, ao isolamento, às doenças, às jornadas de trabalho imensas e cansativas, à vida embrutecida e primitiva a que eram obrigados os seringueiros. A opção destes homens não seria a de buscar ocupar a fronteira aberta, a sobrevivência a partir de uma economia de subsistência. Na verdade, em *sua gênese*, a fronteira aberta era apenas uma possibilidade formal. O desconhecimento do seringueiro recém-chegado do Nordeste, sua desambientação, a inexistência de qualquer fonte de abastecimento que não a do aviamento dominado pelo seringalista, o fato de a atividade extratora de borracha deixar

intacta a floresta e não promover sua incorporação econômica, tudo isto colocava para o seringueiro não a tentativa de sobrevivência na mata, mas a volta ao Nordeste, ou aos centros urbanos amazônicos, abandonando, assim, a extração do látex.

#### FONTES DE EXTRAÇÃO DE EXCEDENTE NA ECONOMIA DO SERINGAL NATIVO

O seringalista funciona como um complexo conjunto de funções, como uma espécie de multicapital. É capital mercantil ao funcionar como comprador da borracha produzida e vendedor das mercadorias da subsistência do seringueiro. É capital financeiro ao cobrar juros sobre todas as transações internas entre os seringueiros, envolvendo ou não dinheiro. Assim, por exemplo, se um seringueiro vende ao outro seringueiro uma arma, e ambos não têm saldo, o seringalista cobra do seringueiro comprador uma taxa percentual sobre o valor da transação. Caso a transação seja feita envolvendo pagamento em dinheiro, esta taxa é maior, já que é o seringalista quem o desembolsa, cobrando, assim, juros sobre esse empréstimo feito ao seringueiro comprador da arma. Finalmente, o seringalista é proprietário da terra, cobrando renda sobre o uso da sua propriedade. Essa renda poderá ser percentual ou fixa.

A média de renda percentual cobrada é, hoje, cerca de 20%; não há qualquer característica regional de cobrança da renda, podendo oscilar em uma mesma região. Assim é também a cobrança de renda fixa, que normalmente oscila de 25 kg por "estrada" a 50 kg por "estrada"

Além da cobrança de renda, cobra-se também uma "tara" para cobrir a "perda" da borracha depois de seca.

Não há evidência de que esta renda possa ser qualificada como qualquer tipo de renda discutida por Marx. Na verdade, ela não depende da fertilidade da terra, ou de

qualquer outro fator de melhoria da produtividade. Regiões com baixa produtividade natural da seringa cobram alto as rendas, e regiões com alta produtividade natural cobram baixo. Não há qualquer ligação substancial entre a renda e as condições mesmas da produção. Não há qualquer característica comum na cobrança da renda, que varia, numa mesma região, onde aparentemente vigoram as mesmas condições naturais e as mesmas características sócio-econômicas. Também não há qualquer ligação entre a distância do mercado e a cobrança da renda etc. A cobrança da renda na economia do seringal nativo mostra que é apenas expressão da exploração do trabalho, nada mais.

A renda cobrada pelos seringalistas assemelha-se à renda das minas, uma vez que as seringueiras são produtos da natureza, que são fonte de riqueza não produzida pelo trabalho, mas fornecida pela natureza. A renda cobrada pelo seringalista é, sobretudo, a forma da espoliação do trabalho, não tendo qualquer vínculo com as características físico-agronômicas da produção de borracha.

Entretanto, é forçoso reconhecer que a apropriação da renda não é a fonte principal da extração do excedente na economia do seringal nativo. Não há qualquer regularidade na cobrança, seja do ponto de vista da fertilidade do solo, seja do ponto de vista da distância do mercado. A renda é cobrada como uma dentre as variadas formas de extração do excedente desenvolvidas pelo seringalista. Sua quantidade e importância dependem da possibilidade do seringalista de impor ou não outras formas de extração do excedente, como a taxa de transportes e as taxas sobre transações internas do seringal, da presença do sindicato rural e sua capacidade de fazer cumprir o *Estatuto da Terra*, que prevê a renda máxima de 10% do total da produção etc.

A grande fonte de lucros da economia da borracha é derivada da relação entre serin-

## ECONOMIA DA BORRACHA

gueiro e seringalista. Desta relação fundamental apresentam-se as seguintes formas de apropriação do lucro por parte do último:

1. Venda das mercadorias a preços muito superiores aos custos.
2. Compra da borracha a um preço aquém do preço de venda.
3. Cobrança de "tara" excessiva.
4. Fraude no peso da borracha.
5. Economia de todas as despesas de transporte, pesagem e classificação da borracha, que muitas vezes são arcadas apenas pelos seringueiros.
6. Cobrança de taxas de transportes das mercadorias e da borracha, além dos custos reais de transporte interno.
7. Cobrança de renda, seja uma percentagem sobre o valor da produção, ou uma quantidade fixa de borracha por "estrada".
8. Cobrança de comissões sobre todas as transações mercantis internas ao seringal que envolvam seringueiros ou demais empregados sem saldo.
9. Recebimento de financiamentos com juros subsidiados.

Os seringalistas não se utilizam de todas estas formas que aparecem em combinações diferentes, com magnitudes diferentes. De forma geral, a renda fixa costuma ser maior em seringais pequenos ou sem infra-estrutura de contabilidade, enquanto os seringais bem organizados podem lançar mão das diversas taxas etc.

A cobrança de comissões sobre as transações pode ser altamente lucrativa, como pode ser inócua ou mesmo negativa. Se, por exemplo, um seringueiro compra uma arma de alguém que recebe o valor da arma em dinheiro pago pelo "barracão" e este co-

bra por isso uma comissão de 20%, mas o seringueiro fica sem saldo durante ainda dois anos, teremos uma taxa de juros de 20% em 24 meses, o que certamente está muito aquém do ritmo inflacionário, ou seja, nesse caso é uma taxa de juros negativa. O contrário também pode acontecer: cobra-se uma taxa de juros de 20% por dois dias, por exemplo, no caso de o seringueiro conseguir saldo logo após contrair a dívida.

Assim, das formas de extração de lucro, as únicas que o seringalista pode realmente controlar são as referentes à manipulação dos preços das mercadorias e à cobrança de renda e taxas de transportes. As demais fontes dependem de condições que o seringalista não controla inteiramente.

Apesar de a economia do seringal nativo ter várias fontes de lucro, não significa que estes lucros sejam imensos, nem que eles fiquem no seringal. Inserida no conjunto da economia nacional como economia dependente, reflexa, a economia da borracha padece das mesmas dificuldades das economias baseadas na exportação de produtos primários. A situação de dependência, de semicolonialismo, permanece de forma notável.

A questão da terra na economia do seringal nativo tem também peculiaridades. Na verdade, a terra permanece praticamente intocada com o seringal nativo. Ela não é transformada economicamente, permanece bruta, não se prestando a qualquer outra atividade que não à de extração do látex.

Um seringal é comprado e vendido a partir do número de seringueiras existentes, do número de "estradas de seringa" que contenha, e não por sua extensão. Este aspecto é irrelevante na compra de um seringal, o que é claramente demonstrado ao examinarem-se escrituras de compra e venda de seringais, nas quais costuma-se registrar o número de "estradas de seringa" que estes contêm, em vez da medida da terra.

Estas características da economia do seringal nativo nos fazem crer que a dimensão fundamental da mesma é a comercial: trata-se de economia dominada pelo capital comercial e é na esfera da circulação que se extrai, basicamente, o excedente.

Essa característica essencialmente comercial da economia do seringal nativo pode ser melhor avaliada ao examinarmos as mercadorias constantes da subsistência do seringueiro.

Em seringais onde há dificuldade de se implantar os outros mecanismos de extração de lucro (cobranças de taxas, cobranças de taxas de transporte etc.) a manipulação dos preços da mercadoria se torna a forma quase exclusiva da espoliação dos seringueiros, atingindo-se o paroxismo do estabelecimento de preços da mercadoria 400% mais elevados que os preços de custo.

Uma considerável parcela do valor das mercadorias consumidas pelos seringueiros refere-se a medicamentos e "miudezas". A sofisticação das farmácias perdidas nos altos-rios, afundadas nos "centros" de seringais distantes é o traço mais marcante da ligação do novo e do velho, do moderno e do atrasado, da ligação dessa economia pobre e primitiva com o grande capital industrial.

A presença do medicamento sofisticado e, não raro, inócuo, no seringal nativo, é tanto uma forma de manter endividado o seringueiro, a própria compulsoriedade do trabalho, quanto forma de realização dos lucros do grande capital, que amplia, assim, seu mercado, expande sua dominação.

A questão é que o capital mercantil que domina direta e imediatamente a economia do seringal nativo não a domina efetivamente. Na verdade, a trama de relações que define a economia da borracha tem seu nó mais forte no grande capital comprador da borracha e também grande vendedor dos

produtos manufaturados (medicamentos em particular) consumidos no seringal.

## O SERINGAL DE CULTIVO E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

O papel revolucionário que se deseja atribuir ao seringal de cultivo pode ficar bastante comprometido se se mantiverem as mesmas relações sociais de produção que até hoje dominaram a economia da borracha: a mesma estrutura fundiária e a vigência do aviamento como forma de dominação do trabalhador.

Tal afirmação pode ser comprovada se levarmos em conta as grandes empresas que se instalaram no Acre, com preocupações modernizantes, mas que introduziram novamente o "barracão" e o aviamento. Ou seja, a permanência das mesmas condições, o atrelamento dos trabalhadores a uma única fonte de abastecimento e o monopólio do comércio, recolocam sempre o aviamento, a dominação do comerciante, como as características básicas dessa economia.

Assim, a viabilidade da expansão do trabalho assalariado no Acre, através da implantação de cultivo, passa pela discussão da formação de um mercado de trabalho no Acre, da manutenção das relações de aviamento; da viabilidade de se implantar pequenas unidades produtivas de seringal de cultivo.

É importante também que discutamos a freqüente alusão ao irracionalismo da seringa nativa, e a visão do seringal de cultivo como redenção da economia da borracha, no Brasil e no Acre. Não resta dúvida que o seringal de cultivo provocaria substanciais aumentos do nível de produtividade do trabalho e traria sucessivas melhorias das condições técnicas gerais da economia da borracha. Também é verdade que faz parte do PROBOR II o desenvolvimento de programas de assistência médica e escolar junto às unidades produtivas, e que o objetivo é

## ECONOMIA DA BORRACHA

também assalariar toda a mão-de-obra empregada. Entretanto, essas transformações, para se realizarem, precisam da força de um Decreto-Lei. Na verdade, a enunciação de objetivos não é suficiente para transformar a realidade, para revolucionar relações de produção tão arraigadas quanto as que dominam a economia acreana. Um exemplo desta consideração foi levantado quando discutimos o papel do Estado, onde vimos que os recursos oficiais através do BASA, para o financiamento da safra da borracha, têm contribuído para o reforço das relações de dominação mercantil, do aviamento.

A simples alteração das fontes de financiamento com o PROBOR I não foi capaz de alterar as tradicionais relações de produção; pelo contrário, contribuiu para reforçá-las.

Um primeiro mito necessário de abolir é o de que o seringal de cultivo só é viável em grande escala. A experiência asiática de plantio revela a grande importância dos pequenos produtores da borracha plantada (ver tabela 2).

Se é, portanto, viável a existência de pequenos seringais de cultivo, é fundamental,

então, que se discuta a atual estrutura fundiária acreana.

A concentração de terras, a existência de enormes latifúndios de um lado e de seringueiros sem terra de outro, coloca a perspectiva de manutenção das tradicionais relações de aviamento, além de implicar estabelecer-se uma economia do seringal de cultivo baseada na grande propriedade.

A inexistência de fontes de abastecimento alternativas, além do interesse do "patrão" colocarão sempre, para o seringueiro, mesmo que trabalhando num seringal de cultivo com técnica moderna (coagulação com ácido acético, CVPD, estimulantes fitohormônios etc), a necessidade de se aviar no "barracão", agora do seringal de cultivo. O PROBOR II coloca como forma de atenuar os preços absurdos do aviamento a perspectiva da COBAL como abastecedora dos seringais, obrigando os seringalistas a limitarem as majorações de preço das mercadorias até 30% do valor de compra na COBAL. Essa medida pode, realmente, atenuar o domínio do "barracão", se houver efetiva fiscalização, tanto dos órgãos oficiais quanto do seringueiro, através de seus órgãos de classe (sindicato). Nessas condições, possibilitar-se-ia ao seringueiro ter saldo e li-

TABELA 2  
PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL, MALÁSIA E INDONÉSIA, 1966-1976  
(em 1 000 kg, peso seco)

Ano	Malásia Ocidental		Indonésia	
	Empresa de Plantação	Pequenos Produtores	Empresa de Plantação	Pequenos Produtores
1966	522 101	392 624	208 813	527 862
1967	534 216	403 941	200 562	500 272
1968	572 076	479 235	233 482	560 482
1969	602 954	596 484	230 852	649 574
1970	620 981	594 755	236 759	578 402
1971	661 573	608 863	238 742	580 569
1972	659 334	598 815	214 048	559 607
1973	673 643	791 519	223 129	662 673
1974	684 148	800 972	248 401	606 563
1975	599 055	817 505	n.d.	n.d.
1976	679 284	884 542	n.d.	n.d.

FONTE: SUDHEVEA. Anuário estatístico, 10 (20): 4, 1976.  
n.d.: Não existe o dado.

bertar-se do domínio de um único patrão, podendo transferir-se para outro seringal, o que criaria, assim, um mercado de trabalho.

A possibilidade de criação efetiva desse mercado de trabalho depende, também, da existência de uma rede de transportes adequada. Ou seja, para que o assalariamento se torne a forma hegemônica das relações de trabalho no Acre, será necessário que realmente haja uma fiscalização sobre os preços do "barracão" além da vigência de níveis salariais compatíveis com a dignidade humana.

Entretanto, esta não é a única forma de desenvolver o seringal de cultivo. A tabela da produção asiática dos pequenos produtores mostra a viabilidade das pequenas unidades produtoras de borracha de cultivo. Para tanto é preciso incentivar o pequeno produtor com crédito, preços mínimos, assistência técnica, cooperativismo e, fundamentalmente, uma reforma agrária radical.

#### A PERMANÊNCIA DO SERINGAL NATIVO

Com as comparações anteriores, não há intenções de desconsiderar a viabilidade do seringal de cultivo, senão de levantar dificuldades para sua implantação, que os planos, no gigantismo de seus números, parecem desconhecer.

O seringal de cultivo no Acre tem problemas que o impedem de se tornar, a curto e médio prazos, resposta para os problemas gerados pela elevação dos preços internacionais do petróleo. Ainda que fosse inteiramente viável que o plantio proposto seguisse o cronograma do PROBOR II, seus resultados só começariam a ser sentidos, na melhor das hipóteses, em oito anos. O seringal de cultivo tem ainda um problema que torna ainda mais nebuloso o seu desenvolvimento — o fato de que não se conhece, no Brasil, experiência comprovada de seus resultados. Tudo isso, adicionado aos riscos e ao volume de investimento, seu pra-

zo de maturação, coloca, mesmo para os mais empedernidos "modernizadores", a necessidade da manutenção do seringal nativo.

O PROBOR II prevê recursos para a recuperação de 10 mil colocações de seringais nativos e abertura de outras 5 mil. Esse financiamento, entretanto, como discutimos no capítulo anterior, tem-se transformado em reforço das tradicionais relações de produção. Ou seja, os recursos oficiais e a intenção "racionalizadora" e "modernizadora" desses planos reforçam as pesadas cadeias do domínio do "barracão" do aviamento.

Das inovações que se pretendem para o seringal nativo, o CVPD (utilização de ácido acético, prensagem e defumação superficial das lâminas de cernambi) nos parece a grande inovação tecnológica desde a introdução da faca "Jebong". O processo CVPD reduzirá muito a jornada de trabalho, possibilitando ao seringueiro desenvolver outras atividades. Entretanto, a manutenção da estrutura fundiária e da estrutura de comercialização, bem como do monopólio do "barracão", colocará o seringueiro sempre à mercê do seringalista.

A garantia do estabelecimento de uma economia da borracha forte e justa requer nova discussão sobre a questão fundiária e a política geral para os pequenos produtores. A redistribuição da terra, garantindo aos que nela trabalham a sua posse, é um passo no sentido do fortalecimento da economia da borracha.

Até agora, quando se pensa em desenvolver a economia da borracha, pensa-se sempre nos aspectos técnicos (estimulantes, novos processos de coagulação etc.), em fontes de financiamento, mas não se menciona a questão básica para qualquer economia, que é a trama de relações sociais que lhe definem a dinâmica.

A economia da borracha no Brasil está, neste momento, sofrendo uma onda "modernizante", sem que o trabalho compulsório seja

## ECONOMIA DA BORRACHA

substituído, sem que as tradicionais relações de aviação se desfaçam, mas, pelo contrário, com o reforço destas relações tradicionais. Altera-se a fonte de financiamento que passa, em grande medida, a ser feito pelo BASA, e que, outrora, era feito pelas casas aviadoras, pelo capital privado. Mas, fundamentalmente, mantém-se — e, no caso do financiamento BASA, aprofunda-se — a pressão sobre os seringueiros, com a exigência de que entreguem toda a sua produção ao "patrão", mesmo tendo saldo.

Uma verdadeira política de fortalecimento da economia da borracha deve começar por reconhecer que o núcleo fundamental da mesma é a sobrevivência de relações

de produção que mantêm o trabalho compulsório, que fazem do monopólio do comércio a sua fonte principal de lucros.

Uma efetiva solução do problema da miséria, das péssimas condições de vida e da extrema exploração a que são submetidos os seringueiros passa por uma reforma agrária radical, pelos incentivos de crédito, os preços mínimos, a assistência técnica, o cooperativismo, por uma estrutura de comercialização que anule a presença dos atravessadores, pela presença da COBAL vendendo diretamente ao seringueiro. Passa, também, pela implantação efetiva do CVPD, pela introdução de fito-hormônios estimulantes, desde que comprovada a sua adequação.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rômulo. O Acre na economia amazônica. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 8 (92): 161-87, abril 1942.

AQUINO, Terri Valle de. *Os Caxinauá: de seringueiro caboclo a peão acreano*. Brasília, Universidade de Brasília, 1977. Dissertação de mestrado em Antropologia Social.

BUKARIN, Nicolai. *O imperialismo e a economia mundial: análise econômica*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

CASTELO BRANCO SOBRINHO, José M. B. O Juruá Federal (Território do Acre). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 9: 587-718, 1930. Tomo especial.

CEDEPLAR. *Migrações Internas na Região Norte: estudo de campo na Região de Marabá*. Belo Horizonte, 1977. 3 v.

CORREA, Luís de Miranda. *A borracha da Amazônia e a Segunda Guerra Mun-*

*dial*. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966.

COSTA, João Craveiro. *A conquista do deserto ocidental; subsídios para a história do Território do Acre*. 2 ed. São Paulo, Nacional, 1973.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Petrópolis, Vozes, 1976.

———. *A margem da história*. 6 ed. Porto, Lello & Irmãos, 1946.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 11 ed. São Paulo, Editora Nacional, 1971.

GRAHAM, Douglas H. & HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migration, regional and urban growth and development in Brazil; a selective analysis of the historical record, 1872-1970*. São Paulo, IPE/USP, 1971.

GUEDES, Mário. *Os seringaes (pequenas notas)*. Rio de Janeiro, Martins Araújo, 1914.

- GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Acre*. Rio de Janeiro, IBGE-CNG, 1955.
- IGLÉSIAS, Francisco. Natureza e ideologia do colonialismo no século XIX. In: — *História e ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*. 2 ed. Coimbra, Centelha, 1974.
- LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do capital; estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- MELO, Mário Diogo de. *Do sertão cearense às barrancas do Acre*. Rio Branco, Assessoria de Planejamento e Coordenação, 1977.
- MENDES, Armando. *A borracha no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Difusão, 1943.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *As facções e a ordem política em uma reserva Tükuna*. Brasília, Universidade de Brasília, 1977. Dissertação de mestrado em Antropologia Social.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*, 15 ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1953.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, FEA/USP, 1977. Dissertação de mestrado em História.
- SERINGAIS aumentam produção. *Carta da Amazônia*, 3 (33): 8, ago. 1975.
- SILVA, Luís Osiris da. *A luta pela Amazônia*. São Paulo, Fulgor, 1962.
- SILVA, Moacir Fecury Ferreira da. *O desenvolvimento comercial do Pará no período da borracha (1870-1914)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1978. Dissertação de mestrado em História.
- SOARES, José Carlos Macedo. *A borracha*. Paris, 1927.
- TAMER, Alberto. Borracha só dará plantando. *O Estado de São Paulo*, 8 set. 1972.
- TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro, Conquista, 1961. 3 v.
- VILLELA, Anníbal V. & SUZIGAN, Wilson. *Política de governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. 2 ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. (Monografia, 10).